

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE GRADUADOS EM
EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE COM OS EGRESSOS DO PROJETO CULTURA
CORPORAL PARA IDOSOS DEF/UEM**

**ACTUACIÓN PROFESIONAL Y CONDICIONES LABORALES DE LOS GRADUADOS EN
EDUCACIÓN FÍSICA: UN ANÁLISIS CON EGRESADOS DEL PROYECTO CULTURA
DEL CUERPO PARA PERSONAS MAYORES DEF/UEM**

**PROFESSIONAL PRACTICE AND WORKING CONDITIONS OF PHYSICAL
EDUCATION GRADUATES: AN ANALYSIS WITH FORMER PARTICIPANTS OF THE
BODY CULTURE FOR THE ELDERLY PROGRAM DEF/UEM**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.46416>

Andressa Maria Lucca Trindade ¹

Jorge Henrique de Lima Monteiro ²

Telma Adriana Pacifico Martineli³

Resumo: Este estudo objetivou investigar a atuação profissional e a condição de trabalho dos acadêmicos egressos do Projeto Cultura Corporal para Idosos (PROCCID) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trata-se de uma pesquisa de campo realizada com seis (6) egressos do projeto. Os dados foram analisados na perspectiva do materialismo histórico. Observou-se que, atualmente, os egressos trabalham de maneira autônoma, por contrato temporário e em mais de um local. Os resultados encontrados apontam que, assim como toda a classe trabalhadora, os egressos do PROCCID encontram-se em uma situação de precarização e, apesar da contribuição da participação no projeto, isso não os poupou de um trabalho desvalorizado e precarizado.

Palavras-chave: Atuação profissional. Egressos. Precarização do trabalho.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo investigar la actuación profesional y las condiciones laborales de los estudiantes egresados del Proyecto Cultura Corporal para Personas Mayores (PROCCID) de la Universidad Estadual de Maringá (UEM). Se trata de una investigación de campo realizada con seis (6) egresados del proyecto. Los datos se analizaron desde la perspectiva del materialismo histórico. Se observó que, en la actualidad, los egresados trabajan de forma autónoma, con contrato laboral temporal y en más de un lugar. Los resultados encontrados muestran que, tal como toda la clase trabajadora, los egresados de PROCCID se encuentran en una situación precaria y, a pesar del aporte de su participación en el proyecto, esto no los salvó de un trabajo desvalorizado y precario.

Palabras claves: Actuación profesional. Egresados. Precariedad laboral.

Abstract: This study aimed to investigate the professional practice and working conditions of students who are former participants of the Body Culture for the Elderly Program (PROCCID) at the State University of Maringá (UEM). This is a field research carried out with six (6) former participants of the program. Data analysis drew on the perspective of the historical materialism. We observed that the former participants of the program are currently self-employed, under temporary employment contracts and working in more than one place. The results found indicate

that, like the entire working class, PROCCID graduates are in a precarious situation, and not even the contribution from their participation in the program could protect them from undervalued and precarious work conditions.

Keywords: Professional practice. Former participants. Precarious work.

Introdução

Ao longo dos anos, o mundo do trabalho vem sofrendo mutações provocadas pelas próprias mudanças de reestruturação produtiva baseadas nos modelos taylorista/fordista/toyotista que interferem não apenas no campo industrial, mas também no setor de serviços (ANTUNES; ALVES, 2004; HARVEY, 2008).

Acompanhando as modificações produtivas, a educação física também sofreu profundas transformações, no Brasil e no mundo, tanto em seu caráter pedagógico quanto nas distintas formas de realização das atividades corporais. Inicialmente, no Brasil, a educação física era reconhecida, através da ginástica dos métodos francês e alemão, como prática utilizada por militares. Após a ditadura militar (1964-1985), no período de redemocratização do Brasil, com a expansão das fábricas e do trabalho industrializado, emergiu a necessidade de corpos preparados para o trabalho. Nesse período, a educação física acontecia tanto em escolas como em quadras e nas fábricas (TESTA, 2015).

Diante dessas mudanças, para atender à reestruturação produtiva, a graduação em educação física sofreu uma fragmentação com a Resolução nº 03 de 16 de junho de 1987, dividindo a área em duas habilitações: licenciatura e bacharelado. Sobre isso, Testa (2011) aponta que o debate acerca da formação em educação física, ao longo dos últimos anos, tem se polarizado entre duas (2) vertentes: uma vertente tem como objeto de estudo o Movimento Humano e defende o ponto de vista de que a formação acadêmica precisa se adequar às necessidades mercadológicas imediatas, por isso considera indispensável a existência de duas habilitações, para que o trabalhador em formação inicial se especialize, de forma que ele será impedido de atuar em todos os espaços em que a educação física se insere; a outra vertente tem como objeto de estudo a Cultura Corporal e como perspectiva a formação humana do sujeito, visando à formação integral do graduado em educação física, portanto, para esta vertente, apenas um currículo seria necessário, isto é, um currículo que permitiria a Licenciatura Plena e que atenderia tanto às necessidades da formação profissional para o mercado de trabalho quanto da formação humana (TESTA, 2011).

Em um terreno de disputas, conforme destacamos anteriormente, e em um contexto social de reestruturação produtiva e flexibilização profissional, a graduação em educação física, fragmentada após a resolução nº 03 de 16 de junho de 1987 e inserida no setor de serviços, passa a determinar aos trabalhadores da área uma exposição cada vez maior ao mercado de trabalho terceirizado, precarizado e instável financeira e profissionalmente (QUELHAS, 2020).

Para exemplificar a realidade do profissional de educação física, Abreu (2005) afirma em seu estudo que os profissionais de educação física que trabalham em academias são, muitas vezes, contratados pelo regime de tempo parcial, possuindo baixa remuneração e instabilidade. Não obstante, segundo Quelhas (2020), os formados em educação física que atuam no meio escolar também estão submetidos à

lógica do trabalho terceirizado, principalmente, com os contratos temporários de gestão das escolas por organizações sociais.

Dentro desse processo de reestruturação, o profissional de educação física que trabalha em diferentes áreas e em vários locais para se manter inserido no mercado de trabalho tem por exigência uma melhor qualificação. Entendemos que essa qualificação é construída por uma série de determinações, seja durante a graduação, por meio da participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, ou após graduado, com pós-graduação e formação complementar. Compartilhando o estudo de Brandt, Madureira e Hobold (2020), compreendemos que a inserção do acadêmico em um projeto de extensão possibilita uma aproximação com o futuro campo de atuação, o que potencializa a vida profissional e aumenta as possibilidades de atuação em um processo formativo de qualidade. Nesse sentido, a presente investigação buscou analisar as contribuições de um projeto de extensão universitária para egressos de Educação Física e, ainda, se a inserção no referido projeto possibilitou aos participantes um distanciamento de atuação profissional em condições precárias.

O projeto de extensão universitária utilizado como campo para a presente investigação, atualmente intitulado “Cultura Corporal para Idosos” (PROCCID), foi elaborado e aprovado em 2013 e implementado em 2014 no Departamento de Educação Física (DEF) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Com o objetivo de promover atividades gratuitas da Cultura Corporal, como jogos, brincadeiras, dança e ginástica junto às pessoas idosas de Maringá-PR e região, o projeto visa a contribuir para o desenvolvimento dessa população, especificamente, das suas capacidades físicas e funcionais, bem como de suas relações sociais e afetivas. É oportuno ressaltar que a Cultura Corporal consiste no objeto da Educação Física escolar, para a metodologia crítico-superadora de Educação Física (SOARES *et al.*, 1992). Contudo, as manifestações da Cultura Corporal sistematizadas pela abordagem crítico-superadora adentram as diversas atividades em que a Educação Física atua, não se privando apenas para o ambiente escolar. Nesse sentido, ela fundamenta o referido projeto por sua concepção crítica da realidade, a partir da perspectiva do materialismo histórico.

O atendimento para a comunidade iniciou-se em julho de 2014, com um total de 40 idosos inscritos, com média de idade entre 55 e 65 anos. A partir da parceria entre o Departamento de Educação Física da UEM e a Coordenadoria de Desportos e Recreação (CDR), foi disponibilizado o espaço físico para atendimento em dois (2) períodos, manhã e tarde, duas (2) vezes por semana, com um total de 20 alunos em cada período. No ano de 2016, esse número aumentou significativamente e passou a contar com mais de 100 idosos participantes (TRINDADE; MARTINELLI, 2016; MACEDO; MARTINELLI, 2016). Atualmente, devido à pandemia da COVID-19, o projeto ocorre de forma online com aulas por meios digitais. As aulas são fornecidas em videochamadas realizadas por acadêmicos do curso de Educação Física da UEM, que atuam como preparadores e ministrantes das aulas, além de auxiliarem na produção de relatórios, estudos e pesquisas sobre a população idosa.

É oportuno destacar que a inserção em projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária potencializam a atuação profissional após o término da graduação. Isto posto, a presente pesquisa teve como objeto de análise a atuação profissional de egressos do Projeto Cultura Corporal para Idosos DEF/UEM, a fim de averiguar se estes egressos se encontram em condições precarizadas de trabalho. Assim, estabelecemos as seguintes problemáticas centrais: Qual a especificidade da atuação profissional e a condição de trabalho dos acadêmicos egressos do Projeto Cultura Corporal para Idosos da UEM? A participação de acadêmicos de Educação Física em Projetos durante a graduação, como no Projeto Cultura Corporal para Idosos, auxilia para que estes não sejam inseridos em condições precárias de trabalho?

O objetivo geral do estudo foi investigar a atuação profissional e a condição de trabalho dos acadêmicos egressos do Projeto Cultura Corporal para Idosos. Para isso, adotamos os seguintes objetivos específicos: 1) Identificar os acadêmicos participantes do projeto desde sua criação a partir dos relatórios anuais de acompanhamento; 2) Averiguar a contribuição da participação no projeto para a formação profissional na perspectiva dos egressos; 3) Verificar os rumos da atividade profissional e a condição de trabalho atual desses participantes; 4) Discutir a realidade profissional dos egressos do projeto diante da precarização do trabalho.

Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória e dialética (LEFEBVRE, 1991). A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário semiestruturado de caráter descritivo, contendo questões mistas, tanto abertas como fechadas, com o total de 45 questões divididas em quatro matrizes: 1) perfil dos egressos; 2) participação no projeto; 3) condição de trabalho atual; e 4) satisfação no trabalho. O questionário foi aplicado por meio do formulário do *Google Forms* e as respostas foram descritas em quadros e categorizadas de acordo com as matrizes. Os dados foram analisados na perspectiva do materialismo histórico, considerando o movimento e a totalidade histórica, relacionando-os com suas múltiplas determinações (NETTO, 2011).

Após a identificação dos egressos, por meio dos relatórios anuais de acompanhamento do Projeto Cultura Corporal para Idosos (DEF/UEM) de 2014 a 2020, disponibilizados pela coordenação do programa, utilizamos como critério de inclusão os sujeitos que haviam concluído a graduação e estavam desvinculados do projeto. Após excluir do estudo aqueles que não haviam respondido adequadamente ao questionário ou estavam realizando a segunda habilitação em educação física e, por isso, ainda participavam do projeto, o presente estudo obteve como amostra seis (6) indivíduos de ambos os sexos.

A presente pesquisa integra o projeto institucional Cultura Corporal para Idosos (PROCCID), aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos na Universidade Estadual de Maringá, por meio do parecer nº (proc. 12970/13) Departamento de Educação Física, e orientou-se por critérios éticos de pesquisa, com consentimento prévio dos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Mutações do mundo do trabalho e suas implicações para o trabalhador de educação física

As modificações ocorridas no mundo do trabalho são transformações notáveis que ocorrem ao longo dos séculos, abrangendo alterações nos modelos de produção e contratação. Para cada contexto histórico, houve uma mudança considerável nas relações de trabalho, como na sociedade pré-capitalista, em que as relações de trabalho se baseavam na manufatura, ou o advento da revolução industrial que potencializou a monopolização dos meios de produção e sustentou o desenvolvimento da sociedade capitalista, determinando graves consequências aos trabalhadores da indústria.

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra em meados dos séculos XVIII e XIX, insere-se em um período de mudanças não só na indústria, mas também na agricultura, no comércio etc. Segundo Vidal (2002), as mudanças mais profundas causadas pela Revolução Industrial ocorreram nos meios de produção, impactando diretamente na vida do trabalhador. Foi introduzida a prática mecânica, com máquinas a vapor e a carvão e o trabalho assalariado. A sociedade passou de rural para urbana. O trabalhador assalariado era fixo, possuía um vínculo (contrato) com o dono dos meios de produção que o contratava, com carga horária de trabalho geralmente em torno de 16 horas/dia e em condições insalubres (VIDAL, 2002).

A partir de 1860, na Inglaterra, surgiram novas transformações na indústria, de maneira que esse período foi denominado pelos historiadores como Segunda Revolução Industrial. Tais mudanças levaram à produção do aço em larga escala e ao surgimento da eletricidade. Marx (2013) já indicava, em *O Capital*, que as mudanças realizadas para o aumento da produtividade provocavam efeitos imediatos no trabalhador, um trabalhador mutilado.

No século XX, de acordo com Vidal (2002), para potencializar a produção na indústria, surgiu uma forma de gestão empresarial denominada taylorismo, cujo objetivo era tornar o trabalhador mais produtivo e incorporá-lo à máquina. Frederick Taylor (1856-1915), idealizador do método de administração científica taylorista, considerava que seus estudos poderiam ser aplicados a qualquer atividade social, desde a administração de comércios e indústrias até lares e serviços públicos. Partindo da divisão do trabalho das indústrias urbanas e dos motores da Revolução Industrial, ele estabelece princípios para a administração científica do trabalho, propondo uma separação entre aqueles que planejam e aqueles que executam. Taylor determinou que o “saber operário”, que era transmitido por experiências de um trabalhador ao outro, era o obstáculo para o desenvolvimento da produtividade. Sua ciência deveria manipular o saber como científico e não como experiência, selecionando e aperfeiçoando os trabalhadores (estudados, instruídos e treinados), em vez de o próprio trabalhador escolher os processos e aperfeiçoá-los por acaso (TAYLOR, 1995).

Sobre a busca por trabalhadores ideais, Taylor (1995, p. 22) apontava que:

Nunca se mostrou tão intensa, como atualmente, a procura de homens melhores e mais capazes, desde diretores de grandes companhias até simples serventes. E agora, mais do que antes, a procura dos competentes excede a oferta. [...] Só entraremos, todavia, no caminho da eficiência nacional, quando compreendermos completamente que a nossa

obrigação, como nosso interesse, está em cooperar sistematicamente no treinamento e formação dessas pessoas, em vez de tirar de outros os homens que eles preparam. [...] No futuro, prevalecerá a ideia de que nossos líderes devem ser tão bem treinados quanto bem nascidos [...].

A formação desse trabalhador ideal para a produção pouco - ou nada - tinha relação com a capacidade intelectual dos sujeitos. Segundo Taylor (1995, p. 43), “[...] este trabalho é tão grosseiro e rudimentar por natureza que acredito ser possível treinar um gorila inteligente e torná-lo mais eficiente que um homem no carregamento de barras de ferro”. Os princípios da administração científica de Taylor deixam claro que para o desenvolvimento produtivo seria necessário controlar, de maneira racional, o tempo e o espaço de produção dos trabalhadores, regulando cada processo para produzir mais em menor tempo e com menor custo, reduzindo o saber operário a tarefas simples e instaurando a atividade individual que se contrapõe à solidariedade de grupos originada nos ofícios. A produção era fragmentada e cada trabalhador executava uma tarefa que se tornava uma atividade repetitiva e exaustiva, ao passo que o trabalhador era expropriado do conhecimento, o que determinava uma desqualificação da classe trabalhadora (VIDAL, 2002).

Henry Ford (1863-1947) também desenvolve uma teoria para o acréscimo produtivo de mercadorias. Para Ford (1925), as mercadorias deveriam ser produzidas em massa, zerando os estoques de matéria-prima e possibilitando aos trabalhadores a distribuição máxima de salários para ter a possibilidade de vendas, introduzindo a jornada de 8 horas de trabalho a 5 dólares, mesmo que fosse necessário diminuir os lucros. Harvey (2008, p. 121) compreende o método de Henry Ford, denominado fordismo, como “[...] uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. Para Harvey (2008), o fordismo efetuou uma padronização em massa, contribuindo para mudanças na cultura, na estética e instaurando a mercadificação.

Basicamente, Ford (1925) implementa uma diminuição do tempo de duração da mão de obra com o uso de equipamentos específicos, especializando o trabalhador para atuar em linhas de montagem, a fim de aumentar a capacidade de produção em massa e reduzir ao mínimo o volume de matéria-prima em estoque. Apesar de todo o reflexo que a divisão do trabalho e sua intensificação causam na vida dos trabalhadores, Ford considerava ser necessário que os trabalhadores tivessem minimamente estabelecido o descanso e liberdade para usufruírem daquilo que o capital produz, com a premissa da falsa liberdade burguesa: o consumo.

A produção em massa e o acúmulo de produtos difundidos pelos ideais do fordismo e do taylorismo entram em declínio na segunda metade do século XX. Segundo Harvey (2008), o contexto do capital, não suportando a produção em massa com estoques cheios e baixo consumo, adota um novo ideal de produção, o toyotismo. Esse novo meio de produção tinha e tem por princípios um regime de acumulação flexível, de produção conforme a demanda, com trabalhadores multifuncionais e polivalentes que podem exercer qualquer função dentro da produção (ANTUNES, 2019).

O toyotismo consiste em um sistema flexível de produção que objetiva também um homem flexível (ANTUNES; ALVES, 2004) e, para isso, necessita de um trabalhador ágil, que saiba trabalhar com várias máquinas ao mesmo tempo. O trabalho passa a ser realizado em equipe e cada membro da equipe é responsável por supervisionar os outros e a si, ocorrendo uma horizontalização dos serviços. As grandes fábricas terceirizam seus serviços, dispondo de menor quantidade de mão de obra. Sobre isso, Antunes e Alves (2004, p. 336) apontam que:

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais.

O modelo taylorista/fordista que minimamente promovia uma estabilidade aos trabalhadores começa a mudar e, à medida que a fase toyotista tem as suas bases constituídas, com a flexibilização e a desregulamentação, o proletariado estável começa a se tornar um proletariado de serviços terceirizados e subcontratados, com um trabalho cada vez mais precarizado (ANTUNES; ALVES, 2004). O número de pessoas com carteira assinada, com direito a férias, à licença maternidade, entre outros, é cada vez menor. Trabalhadores com carteira assinada são substituídos por trabalhadores autônomos, informais e temporários, com menores custos e sem direitos trabalhistas.

A terceirização, como explica Alves (2014), ocorre por meio de contratações atípicas (subcontratados), em que uma grande empresa contrata trabalhadores autônomos ou estagiários, por meio de uma agência de empregos, para realizarem alguma atividade de forma mais barata. Trata-se do processo de externalização de atividades para outras empresas ou pessoas. Esses trabalhadores prestam apenas um serviço para essa empresa e não têm direitos trabalhistas. Para Antunes (2001), esse modelo de emprego temporário, parcial ou *part-time* contribui para o aumento do trabalho precarizado e sem qualificação.

Antunes (2001) afirma que essa reestruturação do mundo do trabalho cria uma classe trabalhadora dividida entre qualificados e desqualificados, formais e informais, velhos e jovens, homens e mulheres, estáveis e precários. Essa heterogeneidade da classe trabalhadora causa uma precarização em todas as áreas profissionais e na educação física não é diferente. A educação física, como as outras áreas profissionais, vem acompanhando essas mudanças trabalhistas, com um acréscimo de contratos temporários e com a exigência de profissionais flexíveis.

Em busca de atender ao mercado de trabalho, viu-se como necessária uma reestruturação das universidades para a graduação em educação física. Testa (2011) descreve que, até o final da década de 1980, a educação física constituía-se exclusivamente de curso de licenciatura, por meio do qual o profissional era visto como professor de educação física na área escolar. Porém, com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ao longo dos séculos, e que demandavam um número maior de profissionais da área, a educação física começa a se enquadrar no setor de serviços e a exigir um aumento do número de cursos de graduação. Sobre isso, Steinhilber, Sartori e Silva (1998) indicam que a educação

física começou a ganhar novos elementos devido ao maior reconhecimento da sociedade sobre seus benefícios para a qualidade de vida e para a contribuição na formação do homem, o que ajudou a ampliar os serviços da área. Para Steinhilber, Sartori e Silva (1998), a fragmentação entre licenciatura e bacharelado na formação em educação física foi necessária para aumentar as possibilidades de atuação além da escola e para atender as novas demandas da sociedade. Pupio (2020) aponta que essa necessidade de formação profissional para o atendimento ao novo mercado em expansão foi alimentada pelos proprietários do setor, ou seja, os empresários de academias ou do ensino.

Como consequência imposta pelo mundo do trabalho para a reestruturação dos cursos de graduação em educação física, Testa (2011) indica que os cursos de graduação passaram a se dedicar a atender ao mercado de trabalho e desconsideraram a formação humana, o que tornou o profissional de educação física um fornecedor de serviços com mão de obra cada vez mais barata. Rocha e Bomfim (2009) afirmam que, no segmento *fitness* (academias, aulas de ginástica coletiva, *personal trainer* etc.), há uma diminuição da contratação de profissionais graduados e um expressivo aumento da contratação de estagiários ou profissionais temporários em condições precárias, devido à busca por uma mão de obra barata para obterem maiores lucros. Nessa lógica, as empresas contratam estagiários como uma forma de conter gastos, de forma que estes contratados executam funções de profissionais graduados.

Quelhas (2012), em seu estudo sobre academias do Rio de Janeiro, constatou que as empresas do *fitness* são locais que representam os princípios da sociedade burguesa tipicamente capitalista, que incorporam os princípios da acumulação flexível, com contratos em tempo, obscurecendo a exploração do trabalho do profissional de educação física mistificando a figura do *personal trainer* como aquele que trabalha para si mesmo. Além disso, segundo Fonseca e Neto (2015), para acentuar ainda mais a exploração atual dos profissionais de educação física, exige-se cada vez mais qualificação dos profissionais, haja vista a quantidade de profissionais desempregados da área ser cada vez maior. Pode-se dizer, de acordo com Quelhas (2012), que as relações trabalhistas do *fitness*, com ênfase no trabalho de tempo parcial e no trabalho autônomo, estão bastante sintonizadas com a nova dinâmica hegemônica do capital.

Na área da licenciatura não é diferente., uma vez que os professores que almejam um emprego nas escolas públicas esperam anos pela abertura de um concurso público e, muitas vezes, quando são abertos, esses profissionais esperam muito tempo para serem contratados. Para a atuação em escolas privadas, a realidade se mostra similar ao segmento das academias, isto é, contratos temporários com elevadas cargas horárias e baixa remuneração. Krug (2017), ao analisar a precarização do trabalho docente em educação física na educação básica do Rio Grande do Sul, identificou que a maioria dos professores da rede básica são temporários e estão insatisfeitos com seus empregos, relatando que gastam muito tempo diariamente em deslocamento entre as escolas, trabalham em situações precárias, sem garantia de uma carreira futura e sem todos os direitos trabalhistas.

Os egressos do projeto Cultura Corporal para Idosos: qual a sua atual condição de trabalho?

A fim de analisar qual é a condição de trabalho atual dos graduados egressos da Universidade Estadual de Maringá que participaram do projeto Cultural Corporal para Idosos, foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de um questionário com 45 questões divididas em quatro (4) matrizes: 1) perfil dos egressos; 2) participação no projeto; 3) condição de trabalho atual; e 4) satisfação no trabalho. Através das respostas manifestadas no questionário aplicado aos 6 participantes egressos, foram obtidos os resultados a seguir.

Quadro 1: Perfil dos egressos do Projeto de Extensão Cultura Corporal para Idosos

Sexo	Idade	Onde mora atualmente	Ano de ingresso e conclusão	Habilitação	Período	Pós-Graduação
F	25 anos	Maringá/PR	2014-2018	Bacharelado/ Licenciatura	Integral	Não
F	28 anos	Munhoz de Melo/PR	2014-2018	Bacharelado	Integral	Não
F	29 anos	Maringá/PR	2013-2018	Bacharelado/ Licenciatura	Noturno	Não
M	27 anos	Maringá/PR	2011-2015	Bacharelado/ Licenciatura	Noturno	Não
F	31 anos	Maringá/PR	2010-2014	Licenciatura	Noturno	Sim
F	29 anos	Rondonópolis/ PR	2010-2014	Licenciatura	Noturno	Não

F: Feminino M: Masculino

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 1 apresenta o perfil dos egressos do projeto Cultura Corporal para Idosos. Dentre os seis (6) egressos com média de idade entre 25 e 31 anos, cinco (5) são mulheres e apenas um (1) homem, todos residentes no Paraná, a maioria em Maringá. Eles frequentaram o curso entre os anos de 2010 e 2018, e observa-se que dois dos egressos são formados em licenciatura, uma é formada em bacharelado, três possuem as duas habilitações e apenas uma delas tem pós-graduação.

A educação física, como ponderam Fonseca e Neto (2015), tem sua origem institucionalizada na escola, o que faz com que, ainda hoje, o graduado nessa área seja associado à figura de professor. Em 1980, com a propagação e adoção das ideias neoliberais e a ebulição de novos campos de intervenção profissional que extrapolavam o contexto escolar, começaram a surgir discussões e disputas para levar a educação física para além da escola. Mariz de Oliveira (1988) esclarece que somente o curso de licenciatura não conseguia atender a todas as demandas da sociedade em que os profissionais poderiam atuar, o que reforçou a necessidade do bacharelado para preparar os profissionais para o “outro mercado de trabalho”. Um dos fatores determinantes que materializou e potencializou o terreno de disputas foi a Lei nº 9.696 de 1 de setembro de 1998, que regulamentou a atuação do profissional de educação física dispondo sobre a criação do Conselho Federal (CONFED) e Conselhos Regionais de Educação Física (CREF).

Nozaki (2004) afirma que os conselhos (CONFED e CREF), enquanto órgãos reguladores que defendiam a fragmentação da área entre licenciatura e bacharelado, exerceram protagonismo sobre o ensino superior em educação física ao intervirem de maneira política e ideológica na defesa de uma formação não unificada que resultou em uma divisão entre os trabalhadores de educação física.

Conforme a afirmação de Nozaki (2004), a pesquisa permite observar que a maioria dos egressos optam pela formação em duas (2) habilitações para ampliar as possibilidades de atuação profissional. Sobre isso, Steinhilber (1996) aponta que poucos graduandos da licenciatura pretendem

seguir a profissão como professores, já que a maioria entra na faculdade com o propósito de atuar em campos que não incluem a escola e uma das razões para isso é o fato de o mercado de trabalho extraescolar ser mais amplo e as possibilidades diversificadas. Por mais que os profissionais atuem na informalidade, o número de empregos para a área do bacharelado, por uma questão mercadológica, é maior. Segundo Rossi e Hunger (2008), outro ponto importante é que o ingresso como professor da área da licenciatura nas escolas é muito difícil, visto que as possibilidades são mais baixas e mais demoradas, sendo o número de empregos para essa área consideravelmente menor.

Dos seis (6) egressos participantes da pesquisa, quatro (4) cursavam a graduação no período noturno e somente dois (2) egressos estudavam no período integral. Para Filho e Nery (2009), o predomínio do período noturno no ensino superior se deve à necessidade econômica e é reflexo da situação social atual no país, pois estudar nesse período permite ao estudante trabalhar durante o dia em uma atividade remunerada para ajudar com as despesas de sua graduação ou, no caso de universidades públicas, ajudar economicamente sua família. Embora se considere importante o apontamento de Filho e Nery (2009), acrescentamos que essa conjuntura é orgânica no mercado de trabalho e educação em países periféricos do capitalismo, como é o caso do Brasil.

Quadro 2: Participação no projeto

Ano de participação	Bolsista/Órgão	Horas dedicadas
2014-2018	Sim/FA	20 horas semanais
2015-2017	Sim/FA	20 horas semanais
2014-2017	Sim/FA	20 horas semanais
2014-2016	Sim/SETI/FA	20 horas semanais
2014	Sim/DEX	30 horas semanais
2014	Sim/DEX	30 horas semanais

FA: Fundação Araucária; SETI: Superintendência Geral de Ciência Tecnologia e Ensino Superior; DEX: Diretoria de Extensão

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro 2, apresentamos como foi a participação dos egressos no projeto. Os dados possibilitam identificar que cinco (5) dos participantes ingressaram em 2014, ano de implementação do projeto e apenas um (1) entrou no ano seguinte, em 2015, e todos atuaram no projeto até o ano de conclusão da graduação. Todos os egressos foram bolsistas: três (3) bolsistas pela Fundação Araucária (FA), dois (2) pela Diretoria de extensão (DEX), e um (1) pela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e também pela Fundação Araucária (FA).

A iniciação científica é a introdução do aluno de graduação no mundo da ciência, das técnicas científicas e do desenvolvimento de projetos de pesquisa, sob a orientação de um docente. Por meio da participação em projetos de pesquisa e extensão, o acadêmico amplia seus conhecimentos e contribui para a ciência com suas pesquisas (MASSI; QUEIROZ, 2015). De acordo com Pinho (2017), a participação em

projetos de pesquisa e extensão contribuí significativamente para a formação profissional. Para isso, as bolsas de incentivo financeiro fornecidas pelos órgãos públicos exigem estudo e dedicação, o que contribui para que os estudantes se dediquem na aquisição de conhecimento e, conseqüentemente, beneficiem a comunidade com suas pesquisas.

Com relação às horas dedicadas ao projeto, observa-se ainda no quadro 2 que dentre os seis (6) egressos, quatro (4) tiveram dedicação semanal equivalente a 20 horas e dois (2) egressos com dedicação de 30 horas semanais, contemplando a aplicação de aulas, a participação em reuniões, os planejamentos, as atividades externas e eventos.

No que tange à percepção dos egressos com relação a própria participação no projeto, as respostas são apresentadas no quadro 3 abaixo.

Quadro 3: Contribuição da participação no projeto para a formação profissional, do ponto de vista dos egressos

Tinha vivência com idosos?	Por que resolveu participar do projeto?	Que tipo de aulas ministrava?	Colaborou com alguma produção científica?
Não	“Adquirir experiência com a terceira idade”.	Circuito Multimodal, Dança	Sim
Não	“Interesse em trabalhar com idosos”.	Ginástica, Alongamento	Sim
Não	“Oportunidade de aprender e trabalhar com idosos”.	Musculação, Circuito Multimodal	Sim
Sim	“Por gostar de trabalhar com idosos e possibilidade de aprendizado”.	Musculação	Sim
Sim	“Porque sempre gostei de estudar e trabalhar com essa população, e no projeto poderia ampliar meu aprendizado”.	Ginástica, Alongamento	Sim
Não	“Pelo interesse em aprender mais sobre essa população, e adquirir experiência”.	Ginástica, Alongamento	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme apresentado no quadro 3, sobre a experiência prévia dos sujeitos antes da participação no projeto, é possível identificar que apenas dois (2) egressos já tinham vivência com a população idosa. Quanto à motivação para participar do projeto, os egressos apresentaram respostas relacionadas com o interesse em aprender a trabalhar com essa população e por se tratar de uma oportunidade de experiência formativa para a profissão.

Sobre as atividades realizadas pelos egressos durante a participação no projeto, foram apresentadas respostas com as seguintes atividades: dança, ginástica, alongamento, musculação e circuito multimodal⁴, todas atividades aplicadas pelos mediadores com base em estudos científicos. Outro dado

importante identificado é que a participação no projeto permitiu aos seis (6) egressos a contribuição em atividades científicas, como promoção e participação em cursos, projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, fóruns de extensão e produção de artigos científicos.

Quadro 4: Condição de trabalho atual

Trabalha atualmente	Quantos locais	Onde trabalha	Tipo de trabalho	Carga horária diária	Público-alvo
Sim	3	Academia, Clube, Funcional ao ar livre	Autônomo	8 horas	Adultos, Crianças, Jovens e Idosos
Sim	1	Fábrica de Costura	Autônomo	Fins de semana	-
Sim	2	Academia, Clínica	Autônomo/Contratado	7 horas	Adultos, Jovens e Idosos
Sim	1	Academia	Autônomo	8 horas	Adultos, Jovens e Idosos
Sim	2	Academia, Centro de Yoga, Clube	Autônomo/Contratado	8 horas	Adultos, Idosas e Grávidas
Sim	1	Escola pública	Contratado	6 aulas semanais	Crianças, Jovens

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 4 apresenta a condição de trabalho atual dos egressos. As respostas dos pesquisados permitiram identificar que dentre os seis (6) egressos do projeto, cinco (5) trabalham atualmente na área de educação física e um (1) realiza trabalho temporário aos finais de semana em uma fábrica de costura, não possuindo emprego fixo e remunerado. De acordo com Furtado e Santiago (2015), apesar de o campo da educação física ter se ampliado com os anos, muitos profissionais se sentem desmotivados a dar continuidade a carreira, seja nas escolas ou em outros âmbitos, desmotivação essa decorrente da precarização do trabalho e da desvalorização desses profissionais, em virtude dos baixos salários e das condições ruins de atuação.

Conforme descrito no quadro 4, dos seis (6) egressos participantes desta pesquisa, dois (2) trabalham atualmente como autônomos e possuem contratos de trabalho temporário, três (3) trabalham apenas como autônomos e um (1) trabalha em regime de contrato celetista. Como afirmam Furtado e Santiago (2015), o trabalho autônomo é o que ocorre sem nenhum vínculo empregatício e sem carteira assinada, constituindo-se uma tendência da atual organização do mundo do trabalho, com as ideologias da empregabilidade e empreendedorismo, sem estabilidade profissional e financeira. Sobre isso, Gomes (2017) constata que, as condições de trabalho flexíveis e precarizadas, por meio da contratação temporária, além de privar o trabalhador de direitos trabalhistas o coloca em situações de rebaixamento de remuneração, desvalorizando e desqualificando o seu trabalho.

O movimento de adesão por contratações temporárias e intermitentes, segundo Motta e Leher (2017) é intensificado e reforçado, no Brasil, com a institucionalização da reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017). Para os autores, a partir da reforma trabalhista, “[...] o trabalho precário, vulnerável, indigno, característicos do trabalho informal, agora é trabalho regulado.” (MOTTA; LEHER, 2017, p. 253). Desse modo, percebe-se que dos seis (6) egressos, cinco (5) encontram-se inseridos nas relações flexíveis de trabalho precário.

Quadro 5: Satisfação no trabalho

Perguntas	Respostas
Por que você escolheu seu emprego atual?	“Pela afinidade com a modalidade”
	“Oportunidade de colocar em prática tudo aquilo que aprendi na faculdade.”
	“Pelo simples fato de querer crescer no ramo.”
	“Por necessidade financeira.”
	“Sempre gostei de trabalhar com esse público e com essa modalidade”.
Quando entrou no curso de Educação Física você se via no seu emprego atual? Pretendia atuar de que forma na área de Ed. Física?	“Não. Entrei com o intuito de trabalhar com treinamento do futsal”.
	“Não, pretendia trabalhar em clube esportivo”.
	“Não, me via na área de reabilitação e fortalecimento muscular”.
	“Não, descobri que gostaria de trabalhar com Yoga e idosos durante a graduação, e hoje atuo com o que mais gosto”.
	“Não me via no meu emprego atual, minha preferência quando entrei na educação física era mexer na área da dança, mas devido as experiências vividas pelo curso, me levaram para um outro caminho”.
	“Não, gostaria de trabalhar com dança”.
Você está satisfeito com o seu emprego atual? De que forma acredita que ele poderia ser melhor?	“Sim. Atuando em outras academias para obter mais experiência profissional, e ganhar mais”.
	“Podemos dizer que eu gosto do que faço, mas ficaria satisfeita se houvesse uma valorização maior no nosso ramo”.
	“Sim, poderia melhorar a agilidade em melhorias pontuais.”
	“Não, pois não atuo na área, mas se houvesse uma valorização maior na área de educação física seria bem melhor”
	“Sim, gosto muito do meu emprego atual. Mas poderia melhorar muito se o profissional de educação física fosse mais valorizado e não existisse essa diferença entre bacharelado e licenciatura”.
	“Não, acredito que o profissional de ed. Física poderia ser mais valorizado”.
Você tem preocupações em relação a sua vida profissional? Quais?	“Sim. Nossa profissão acaba nos tornando um espelho para nossos alunos, então me preocupo com a aparência e atitudes”.
	“Sim. Ter uma estabilidade financeira, não ter o mesmo cuidado com o corpo, não ter o mesmo pique para dar tantas aulas”.
	“Sim, principalmente medo de saber se não vou conseguir atuar na área, e conseguir me manter com isso”.
	“Sim, sobre a aceitação de um profissional de 50 ou 60 anos em uma academia, e o medo da situação financeira”.

	“Sim, não saber como vai ser a minha situação financeira, se vou ter a mesma energia para dar aulas, se vou ser reconhecida e valorizada pelo meu trabalho”.
	“Sim com a minha situação financeira”.
Você tem perspectivas de mudança na sua vida profissional? Como você se vê profissionalmente a longo prazo?	“Sim, com meu studio, estabilizado e reconhecido pelo meu trabalho”.
	“Sim, espero ser reconhecida, se possível ter uma estabilidade financeira”.
	“Sim, com meu nome reconhecido, estabilidade financeira e abrir algo que seja meu sem trabalhar para os outros”.
	“Sim, apenas busco e espero que possa estar satisfeita atuando na área.”
	“Sim, estar satisfeito e que a pandemia termine e melhore a situação”.
	“Sim, espero que as coisas melhorem para o profissional de ed. Física, e que eu esteja em um bom emprego.
Você acredita que o projeto contribuiu de alguma forma para seu crescimento profissional? Como?	“Sim, com a atuação no projeto consegui me desenvolver em outras áreas que não teria oportunidade depois de formada”.
	“Sim, me ajudou a entender que há pessoas que precisam de nossa ajuda e que quando se trabalha com aquilo que gosta e com pessoas que gostamos a vida fica mais leve”.
	“Sim, pela experiência adquirida com o público da terceira idade”.
	“Sim e muito, no projeto adquiri experiência, vivência com idosos, consegui aprofundar meus estudos com essa população, e percebi que gostaria de estudar mais sobre idosos e fazer uma pós”.
	“Sim, crescimento pessoal e profissional. conhecimento que as disciplinas do curso não fornecem”.
	“Sim e muito adquiri experiência e aprendi a trabalhar com idosos”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro acima, foram realizadas perguntas a fim de identificar o nível de satisfação do egresso com seu trabalho atual e, assim como ocorre com muitos outros profissionais, é perceptível a insatisfação com a desvalorização do profissional de educação física. Testa (2011) argumenta que o profissional de educação física vem lutando há muito tempo para ser reconhecido profissionalmente e financeiramente. Conforme apontado por Testa (2011), alguns fatores que influenciam a busca dos profissionais por reconhecimento estão relacionados com a fragmentação entre bacharelado e a licenciatura, na luta por jurisdições e por existir um senso comum de inferioridade sobre a área de educação física.

As perguntas da matriz de satisfação do trabalho contemplaram os seguintes aspectos: a área e o local de trabalho atual, se atende às expectativas profissionais, como o profissional se vê a longo prazo, se o projeto contribuiu para seu crescimento profissional e se ele/ela tem preocupações com o futuro nessa profissão. Dos seis (6) egressos participantes da pesquisa, cinco (5) que trabalham na área da educação física alegaram que, apesar das ambições profissionais de quando eram acadêmicos e participantes do projeto serem diferentes do emprego atual, enxergam a atividade que fazem dentro do círculo de afinidades que possuem.

Quando perguntados sobre as perspectivas de mudanças e as preocupações com o futuro, todos demonstraram alguma preocupação, tanto pela desvalorização da área do profissional de educação física e a cobrança da sociedade como pela precarização do trabalho e o medo de instabilidade profissional no futuro. Além disso, todos têm como perspectivas futuras encontrarem-se estabilizados financeiramente, satisfeitos e se possível com seu próprio negócio. Em relação ao projeto e ao trabalho atual, foi perguntado aos egressos se o projeto contribuiu de alguma forma para o crescimento profissional; de forma unânime, os participantes da pesquisa afirmaram que o projeto contribuiu para a vivência, experiência com idosos, bem como para o crescimento profissional e pessoal. Como observado nos quadros acima, a maior parte dos egressos não tinha vivência com idosos antes de participar do projeto e, atualmente, cinco (5) dos seis (6) entrevistados trabalham com essa população.

Para Druck (2011, p. 42-43) a constituição da precarização do trabalho permeia a vida humana ao impor, constantemente, a necessidade de aperfeiçoamento da classe trabalhadora, simultaneamente em que também fomenta o caráter descartável do trabalhador, atingindo “[...] a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis que devem ser ‘superados’ e substituídos por outros ‘novos’ e ‘modernos’”. Essa lógica atinge os egressos nesta investigação analisados sem que estes percebam. Aparentemente, a concepção de precarização do trabalho para os egressos se concentra na ideia de desvalorização profissional do ponto de vista financeiro, contudo, existem outras determinações objetivas relatadas por estes que interferem em suas condições de trabalho, inserindo-os em um trabalho precário, como nos vínculos flexíveis de trabalho (terceirizado, temporário) e nas condições de jornada de trabalho com exaustiva carga horária.

A investigação feita com os egressos do Projeto Cultura Corporal para Idosos permitiu levantar importantes discussões sobre a atuação do profissional de educação física e suas condições de trabalho. As mudanças no modelo de produção e prestação de serviços na sociedade capitalista determinaram uma reestruturação produtiva que gerou uma flexibilização de contratos e promoveu o surgimento do trabalho temporário, autônomo, ou *part time*. A educação física tinha seu campo de atuação na escola e seu trabalhador era o professor, porém, impositivamente, teve a necessidade de implantar uma solução que atendesse melhor ao mercado de trabalho, fragmentando a área. Além disso, com os fatores oriundos da modernidade, como a tecnologia, que impactaram a vida das pessoas, houve um acréscimo na demanda por profissionais da saúde com a finalidade de melhorar a qualidade de vida. Essa nova necessidade potencializou a disputa e a fragmentação para além da escola, dividindo os trabalhadores de educação física entre bacharelado, reconhecidos como profissionais de educação física, e licenciatura, reconhecidos como professores de educação física.

Essas mudanças afetaram os trabalhadores de todas as áreas e, embora isso tenha sido positivo para os empresários donos dos meios de produção, para a classe trabalhadora, essas mudanças determinaram a inserção em um trabalho precarizado e instável, o que vai ao encontro dos escritos de

Marx e Engels (2005, p. 46), os quais consideram que o proletário moderno na sociedade capitalista “[...] só vive enquanto tem trabalho e só tem trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital”.

Em concordância com o estudo, Quelhas (2012) explica que principalmente para as academias do segmento *fitness* foi possível ao proprietário flexibilizar contratos, reduzir o número de mão de obra, o tempo de trabalho, o salário e, assim, aumentar o lucro. Porém, para os trabalhadores, o resultado foi a insegurança profissional, a precarização, o medo e a necessidade de buscar outros lugares de trabalho para o aumento da renda mensal. Desse modo:

É possível supor que esses trabalhadores sejam obrigados a buscar outros contratos de trabalho, ou trabalhar por conta própria, inclusive na própria empresa, como *personal trainer*, em busca de complementação de sua remuneração, o que traz várias consequências graves, tanto profissionais, quanto pessoais: instabilidade profissional; sujeição a condições de trabalho desfavoráveis; competição intensiva com outros trabalhadores; jornada de trabalho estendida; maior desgaste físico e mental para cumprir a jornada de trabalho diária, em decorrência da maior quantidade de deslocamentos e gastos financeiros; redução do tempo de convivência familiar e social, dentre outros (QUELHAS, 2020, p. 75).

De acordo, com as respostas dos egressos no questionário, é possível afirmar que, após a formação em educação física, eles encontram-se inseridos na forma precarizada de trabalho, tendo em vista que a maioria deles são trabalhadores autônomos e com contrato temporário, trabalham em mais de um local, além de a maioria possuir formação nas duas habilitações - licenciatura e bacharelado -, o que permite atuar nos dois campos, tanto escolar como na área da saúde.

A participação desses egressos no projeto pode ter contribuído como qualificação para a atuação profissional, pois na concepção de Brandt, Madureira e Hobold (2020), a iniciação científica e os projetos em geral permitem ao acadêmico inserir-se na área da ciência, durante sua graduação, e ter uma vivência e aprendizado para a atuação futura. No caso dos egressos, a vivência e os estudos realizados junto à população idosa proporcionaram uma experiência para trabalhar com esse público, experiência essa que não foi conquistada pela maioria dos egressos antes da inserção no projeto.

Outra situação muito importante que deve ser levada em consideração neste trabalho é o desemprego. Um (1) dos egressos se encontra desempregado, realizando trabalho temporário aos finais de semana e não atua na área. Não desconsiderando que esse fato está intimamente ligado aos problemas da sociedade capitalista como um todo, Furtado e Santiago (2015) possuem uma hipótese de que, apesar de o campo da educação física ter se ampliado com os anos, muitos profissionais se sentem cada vez mais desmotivados a dar continuidade a carreira, tanto na educação quanto fora dela, devido à precarização do trabalho e à desvalorização desses profissionais, o que é uma triste realidade da sociedade burguesa capitalista para toda a classe trabalhadora. Essa realidade é uma explicação, também, para a insatisfação do profissional de educação física (quadro 5), visto que os egressos relataram que a valorização do profissional na área de educação física poderia ser melhor, demonstrando preocupação com a instabilidade financeira e medo do futuro.

Essa precarização afeta todas as áreas e causa insegurança, medo e insatisfação. Conforme apresentado no quadro 5, quando questionados sobre a satisfação com o emprego atual, as respostas tangenciaram a busca por valorização profissional, apesar da afinidade com a profissão.

Quelhas (2020) indica que há uma tendência de que cada nova normatização implantada, que se distancia da classe trabalhadora, provoque ainda mais precarização do trabalho, no Brasil e no mundo, expandindo a insegurança, a instabilidade e o medo dos trabalhadores, ampliando o desequilíbrio da relação entre o capital e o trabalho.

Considerações finais

Diante da investigação feita com os egressos do projeto, os resultados apontam que o trabalhador cada vez mais vem perdendo seus direitos e tornando-se insatisfeito em relação à desvalorização que é dada ao profissional de educação física. A precarização é cada vez maior e isso ocorre em todas as áreas, com a terceirização e as novas formas de emprego sendo importantes apenas para o lucro empresarial que determina cada vez mais um profissional desvalorizado e inserido em condições precárias de trabalho.

Assim como nas demais profissões da sociedade, o profissional de educação física, com sua mão de obra explorada, submete-se a condições vulneráveis de trabalho, devido à necessidade de suprir suas condições objetivas mínimas. Essa exploração e exposição ao trabalho precário é ainda mais intensificada, tendo em vista a fragmentação da área entre licenciatura e bacharelado, uma vez que os profissionais de educação física graduados bacharéis somente podem atuar no ambiente fora da escola e tendo que utilizar, muitas vezes, o seu corpo como modelo e instrumento de trabalho com aulas expositivas que exigem força e vigor. Essa questão foi apresentada pelos egressos quando questionados sobre a preocupação com a vida profissional, de forma que eles demonstraram aflição quanto ao desgaste proveniente desse modelo de trabalho ao longo dos próximos anos. Nesse sentido, indaga-se sobre a justificação da divisão da área (licenciatura e bacharelado), visto que a realidade objetiva do mundo do trabalho está colocando, principalmente os graduados do bacharelado, em uma avançada forma precarizada de trabalho.

A participação desses egressos no projeto contribuiu, de certa forma, para uma qualificação e formação profissional, porém isso não ajudou os investigados a se distanciarem do trabalho precário, pois as condições em que eles se encontram está direcionada para um trabalho desvalorizado, precarizado, exploratório e desgastante. É preciso muita luta e resistência para que os trabalhadores, nessa forma de sociedade, ao menos tenham seus direitos trabalhistas garantidos e, particularmente, o profissional de educação física seja valorizado, reconhecido e menos explorado.

Entende-se que ainda há muito a avançar no que concerne ao mercado de trabalho na educação física e que a presente pesquisa esbarrou nos limites da realidade atual, isto é, a pandemia de COVID-19 que pode ter influenciado certos resultados, como o desemprego, pois, segundo Costa (2020), o isolamento social promoveu rápidas mudanças no mercado de trabalho, com impactos severos, de

maneira que as pessoas mais afetadas foram as que vivem na informalidade e em trabalhos autônomos. Assim, acredita-se na necessidade de novas pesquisas que tratem da inserção no mercado de trabalho e de sua precarização, de maneira que, no atual modelo de sociedade, todos os indivíduos, incluindo os professores e profissionais de educação física, possam estar inseridos no mercado predatório e precarizado.

Referências:

- ABREU, R. Direito empresarial do fitness. **Revista Fitness Business**, São Paulo, n. 21, p. 46, 2005.
- ALVES, G. A. P. Terceirização e Capitalismo no Brasil: Um par perfeito. **Rev. TST**, Brasília, vol. 80, n. 3, p. 90-105, 2014.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ANTUNES, R. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. *In*: **Das crises do capital às crises da Educação Superior no Brasil — novos e renovados desafios em perspectiva**. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 5–17. 2019.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- BRANDT, R.; MADUREIRA, A. S.; HOBOLD, E. Projetos de extensão fazendo a diferença na formação do profissional de educação física na Uniãoeste. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, p. 113-117, 2020.
- COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.54, n. 4, p. 969-978, 2020.
- DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-51, 2011.
- FILHO, A. T.; NERY, A. C. B. Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas. **RBPAAE**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 61-81, 2009.
- FORD, H. **Minha vida e minha obra**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925.
- FONSECA, R. G.; NETO, S. S. O Profissionalismo na Educação Física: Conflitos e Disputas de Jurisdições Profissionais. **Rev. Movimento**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 4, p. 1099-1110, 2015.
- FURTADO, R. P; SANTIAGO, L. P. Educação Física e trabalho: considerações a respeito da inserção profissional de egressos da FEF-UFG. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 325-336, 2015.
- GOMES, T. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- KRUG, H. N. A precarização do trabalho docente em Educação Física na Educação básica. **Revista Gestão Universitária**, Belo Horizonte, p. 1-12, 2017.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

- MACEDO, T. A; MARTINELLI, T. A. P. Treinamento resistido no PROCERE/UNATI-UEM. *In: XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE*, 13 ed., 2016. **Anais do XIII Seminário Internacional de Atividades Físicas para a Terceira Idade**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016. p. 133.
- MARIZ DE OLIVEIRA, J. G. Relações entre desempenho no exame vestibular e desempenho acadêmico referentes ao curso de licenciatura em educação física da Universidade Estadual de São Paulo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 40, n. 7, p. 197, 1988.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MASSI, L; QUEIROZ, S. L. (Orgs.). **Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- MOTTA, V. C; LEHER, R. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 243-258, 2017.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- NOZAKI, H. T. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- PINHO, M. J. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. **Avaliação Campinas**, Sorocaba, v. 22, n. 03, p. 658-675, 2017.
- PUPIO, B. C. Indústria da cultura corporal em academias de ginástica: nexos e determinações da reestruturação produtiva na formação de professores de educação física no Brasil. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 457-468, 2020.
- QUELHAS, A. A. **Trabalhadores de educação física no segmento fitness: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- QUELHAS, A. A. A proletarização da educação física brasileira no pós-fordismo. *In: SOARES, M. G; ATHAYDE, P.; LARA, L. (Orgs.). Formação profissional e mundo do trabalho*. Natal: EDUFRN, 2020.
- ROCHA, R. M; BOMFIM, D. L. Estagiários de Educação Física: solução ou problema para o mercado de trabalho? **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 13, n. 129, p. 141-149, 2009.
- ROSSI, F.; HUNGER, D. Formação acadêmica em Educação Física e intervenção profissional em Academias de Ginástica. **Motriz**, Rio Claro, v.14, n.4, p.440-451, 2008.
- STEINHILBER, J. **Profissional de educação física existe?** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.
- STEINHILBER, J; SARTORI, S. K; SILVA, M. T. P. Evolução do Trabalho do Profissional de Educação Física: Instrutor – Professor – Profissional! E Agora?... Instrutor? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 19, n.3, p. 95-98, 1998.
- TAYLOR, F. **Princípios da administração científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- TESTA, S. **Formação em Educação Física e Mercado de Trabalho: Apontamentos Iniciais Sobre a Realidade do Município de Maringá-PR**. 2011. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- TESTA, S. **As políticas de educação física e educação do campo no Estado do Paraná**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- TRINDADE, A. M. L; MARTINELLI, T. A. P. **Atividade Física e Impacto Social em Idosos**. *In: XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE*, 13

ed., 2016. **Anais do XIII Seminário Internacional de Atividades Físicas para a Terceira Idade.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016. p. 43.

TRINDADE, A. M. L. **Atividades da Cultura Corporal:** práticas Humanizadoras para Idosos. 2018. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

VIDAL, M. B. **Taylorismo, fordismo e toyotismo:** Uma análise do sistema de trabalho. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.

Notas

¹ Licenciada em Educação Física (UEM). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas da Cultura Corporal (UEM) - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8189243900917425. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4890980812383238>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5217-2467>. E-mail: dre_amlr@hotmail.com.

² Mestre em Educação (PPE-UEM). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas da Cultura Corporal (UEM) - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8189243900917425. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2490183025139931>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7493-3191>. E-mail: jlima_monteiro@hotmail.com.

³ Doutora em Educação (UEM). Professora do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-graduação em Educação (UEM). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas da Cultura Corporal (UEM) - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8189243900917425. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4404309943367356>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2997-2957>. E-mail: tapmartineli@uem.br.

⁴ “As atividades da cultura corporal, especialmente desenvolvidas no Projeto analisado nesse estudo, quais sejam: treinamento multimodal (jogos, brincadeiras, ginástica, práticas artístico-cognitivas); dança/ritmos; e, caminhadas ao ar livre, constituíram-se práticas humanizadoras, à medida que favoreceram o desenvolvimento de capacidades e aptidões essencialmente humanas: funções psicológicas superiores, como memória, atenção, imaginação, percepção, entre outras, funções físicas e motoras: como flexibilidade, força, agilidade nos movimentos de andar, correr, saltar, equilibrar entre outras; e capacidades subjetivas, ligadas aos sentimentos e emoções, na formação do complexo ser social” (TRINDADE, 2018, p. 79).

Recebido em: 17 de set. 2021

Aprovado em: 30 de jun. 2022